

Sobre as 40 horas de Angicos

Marcos Guerra

Resumo

Para melhor entender o que foram as 40 horas de Angicos, apresenta uma breve análise dos primeiros textos escritos sobre essa experiência. A seguir, um esboço do contexto político no Estado do Rio Grande do Norte com a eleição do governador Aluísio Alves e seu programa para alfabetizar 100 mil pessoas. Um dos fatores favoráveis para a realização das 40 horas foi a mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual dos Estudantes (UEE), que facilitou o recrutamento de 20 voluntários, entretanto, devido a decisões radicais dessas entidades quanto à participação de seus dirigentes numa ação que recebia financiamento da Aliança para o Progresso, Marcos Guerra renuncia à presidência da UEE/RN e aceita o convite de Paulo Freire para coordenar os círculos de cultura em Angicos. Após a assinatura de um Acordo de Cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, foi criado o Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (Secern), em 9 de dezembro de 1962, que providenciou a infraestrutura necessária. Em 18 janeiro de 1963 teve início a experiência de Angicos e, em 2 de abril, na 40ª hora, realizou-se a solenidade de encerramento, com discurso do presidente João Goulart. O método de alfabetização experimentado em Angicos teve repercussão nacional e internacional. Em 1964, com o golpe militar, todos os coordenadores e alfabetizandos sofreram perseguições e muitos, o exílio.

Palavras-chave: alfabetização de adultos; Método Paulo Freire; história da educação; década 1960-1969.

Abstract

The 40 hours of Angicos

22

In order to better understand what the 40 hours of Angicos were, this study presents a brief analysis of the first written texts about the experience. An outline of the political context in the state of Rio Grande do Norte, with Governor Aluísio Alves' election and his program to alphabetize 100,000 people, is showed. One favorable factor for the completion of the 40 hours was the mobilization of the União Nacional dos Estudantes – UNE (in English, National Students' Union – NSU) as well as the União Estadual dos Estudantes – UEE (in English, State Students' Union – SSU). This facilitated the recruitment of 20 volunteers; however, due to radical decisions of these two institutions, regarding the participation of their leaders in an action financed by the Aliança para o Progresso (in English, Alliance for Progress), Marcos Guerra gave up the presidency of UEE in Rio Grande do Norte and accepted Paulo Freire's invitation to coordinate the culture circles in Angicos. After the signing of a Cooperation Agreement between Brazil and the United States, the Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte – SECERN (in English, Cooperative Educational Services of Rio Grande do Norte – CESRN) was created. With the creation of SECERN, which was on the 9th of December of 1962, all the needed infrastructure for the project was provided. On the 18th of January of 1963, the experience of Angicos started and, on the 2nd of April of the same year, at the 40th hour, the closing solemnity took place, with President João Goulart's speech. The alphabetizing method experienced in Angicos reverberated nationally and internationally. In 1964, with the military coup, all the coordinators and students of the project were persecuted and, many of them, exiled.

Keywords: adult literacy; Paulo Freire's method; history of education; 1960's decade.

Precisávamos, ainda, de algo com que ajudássemos o analfabeto a iniciar aquela modificação de suas atitudes básicas diante da realidade. Com que ele desse começo à reformulação de seu saber preponderantemente mágico.

Precisávamos também de que esse algo fosse uma fonte de motivação para o analfabeto querer ele mesmo montar o seu sistema de sinalizações. Motivação que viesse se somar à sua apetência educativa em relação direta, como já foi dito, com a transitivação de consciência. (Freire, 1963, p. 14).

Ao enunciar o que precisávamos fazer, Paulo Freire nos lançou um desafio. Referia-se ao mesmo tempo a objetivos finais e a novos meios a implantar numa experiência pioneira. Assim o entendemos, quando aceitamos o desafio para o qual nos convidou. Menos de vinte jovens preparados por ele e sua equipe dedicamo-nos ao que veio a ficar conhecido como as 40 horas de Angicos.

Tirar do papel aquelas ideias e afirmações inovadoras. Algo que nos permitisse aprender e ensinar, confrontar teoria e prática, questionar a teoria, renová-la. Fazer

em Angicos a primeira experiência em massa, em tamanho real. Identificar o que fazer, como fazer, quais as condições para executar uma resposta possível à “democratização da cultura dentro do quadro geral da democratização fundamental” (Freire, 1967, p. 101). Aprender como fazer algo que pudesse ser ampliado para todo o Brasil.

Responder ao desafio tornando operacional sua nova visão do processo de alfabetização, associando a conscientização como facilitador e não como algo impossível ou encargo suplementar. Paulo Freire já afirmava que, “na alfabetização de adultos, [...] o que se há de fazer é proporcionar-lhes que se conscientizem, para que se alfabetizem” (p. 119).

No desafio, era preciso enfrentar os alarmantes “déficits quantitativos¹ e qualitativos de nossa educação” (p. 101), que, na época, excluía os analfabetos do direito de votar, sobre os quais Weffort (1967) nos recorda em seu prefácio ao livro *Educação como prática da liberdade*, uma odisseia sobre a qual nesta revista podemos ler o artigo de Alceu Ferraro.

Os primeiros relatos

Para melhor entender o que foram as 40 horas de Angicos e, depois, o que fizemos em outras cidades do Rio Grande do Norte, consolidando a experiência, convidamos que se retome a leitura dos primeiros textos.

Começamos pelo artigo de Paulo Freire (1963), em que explicita sua nova visão do processo de conscientização e alfabetização antes de detalhar o que chamou, então, de “fases do método”, que se aplicam à preparação dos conteúdos e materiais educativos, a partir do universo vocabular do grupo. Tratava-se de um magistral detalhamento de como estimular nos analfabetos uma nova visão, na qual viessem a perceber-se, afinal, “no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto” e com base na qual “começaria a operação de mudança de suas atitudes anteriores”.

No mesmo número da revista *Estudos Universitários*, os demais artigos de integrantes de sua equipe do Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade do Recife, têm o sabor primaveril do que ouvíamos, fazíamos e conversávamos na época. Em particular, os artigos “A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire”, de Jarbas Maciel (1963), “Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire”, de Aurenice Cardoso (1963), e “Educação de adultos e unificação da cultura”, de Jomard Muniz de Britto (1963), restituem-nos na versão original o primeiro conteúdo da formação inicial dos coordenadores dos círculos de cultura de Angicos. Quando nós, que iríamos atuar como educadores nessa nova visão, trabalhamos sobre conceitos e categorias básicas, percebemos uma insistência particular no diálogo socrático, na escuta, na construção coletiva do conhecimento. A mesma metodologia e os mesmos conteúdos foram utilizados também na formação inicial dos coordenadores de círculos de cultura das Quintas (em Natal), de Mossoró e, pelo que soubemos, dos que atuaram na Campanha de Educação Popular (Ceplar)

¹ Paulo Freire (1967) referia-se a 4 milhões de crianças em idade escolar sem escola e a 16 milhões de analfabetos entre os brasileiros com mais de 14 anos de idade.

da Paraíba e dos que atuaram em Brasília – estes já no âmbito do Programa Nacional de Alfabetização.

Após Angicos, alguns de nós continuamos a atuar como coordenadores e como supervisores ao ampliar-se o trabalho no bairro das Quintas, em Natal, e, logo depois, em Mossoró. Começamos a preparar as ações previstas para outros bairros de Natal e para as cidades de Caicó e Macau, já se pensando na segunda fase. Enquanto isso, outros já se organizavam para impedir que tal iniciativa viesse a se alastrar, taxando-a de “subversiva”.

Entre os primeiros relatos, destaca-se o livro *As quarenta horas de Angicos; uma experiência pioneira de educação*, extraído de um diário escrito pelo colega Carlos Lyra (1996), um dos coordenadores dos círculos de cultura. Um relato, sem retoques, do dia a dia da experiência, em seus pontos e momentos mais marcantes.

Em seguida, *Educação como prática da liberdade*, livro escrito em Santiago do Chile, no qual Paulo Freire (1967) retoma a temática que abordara na revista *Estudos Universitários*. No capítulo “Educação e conscientização”, ele relata algumas das experiências realizadas no Brasil e refere-se às fases de elaboração, já mencionadas, acrescentando dados sobre o que chamou de execução prática do método com maior detalhamento do que ocorre após o debate suscitado pela situação geradora, quando se inicia o trabalho criativo de ler e escrever com base na palavra geradora.

No mesmo livro, uma leitura obrigatória desvenda-nos o contexto da época. Trata-se do prefácio de Francisco C. Weffort, sob o título “Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade”, que descreve com riqueza o que chamou de despertar do movimento popular brasileiro na época, referindo-se aos vínculos do trabalho de Paulo Freire com a ascensão popular no período, sem esquecer “o fantasma do comunismo, que as classes dominantes agitam contra qualquer governo democrático da América Latina” (Weffort, 1967, p. 10). Ele lembra também algo importante para Paulo Freire: a correlação entre estagnação econômica e social e o analfabetismo e, ainda, “o esforço das elites no poder, para acomodar as classes populares emergentes (...) sem que passem dos limites”(p. 50).

Sobre a experiência de Angicos existe ainda um livro com informações de primeira mão, *40 horas de esperança*, no qual o então secretário da Educação do Rio Grande do Norte, Calazans Fernandes (1994), em coautoria com Antônia Terra, revela, entre outros temas, parte das dificuldades de montagem institucional entre o governo do Rio Grande do Norte, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Ministério da Educação (MEC) e a Aliança para o Progresso. Na primeira parte, Calazans, com sua experiência profissional de jornalista, contextualiza o que chamou de “Revolução no Sertão”. Na segunda, Antônia Terra aprofunda uma abordagem sobre a experiência em si, tendo por base relatos diversos, desde a formação inicial dos futuros coordenadores até uma breve síntese de cada uma das 40 horas, citando ainda os desdobramentos para o bairro das Quintas, em Natal, e o de Boa Vista, em Mossoró, e os preparativos, ainda em 1963, para implantar as ações em Macau e Caicó.

Para informação, ressalte-se que prevíamos a alfabetização de 100 mil jovens e adultos no planejamento (1963-1965) das atividades do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (Secern). Criado como autarquia, tinha como diretor executivo o secretário da Educação do Estado. Entidade autônoma, que iria garantir a agilidade que a pesada máquina da Administração não permitia.

Corrida contra o tempo

O governo Aluísio Alves (1961-1966) tinha pouco tempo para executar seu ambicioso programa. Isso explica porque ao eleger-se procurou rapidamente obter ajuda financeira e técnica na Sudene, no governo federal, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – com a qual inovou em matéria de planejamento. Deparou-se com o programa da Aliança para o Progresso, recém-lançado pelo presidente Kennedy. Para acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, Kennedy afirmou que “dois séculos de progresso precisam ser comprimidos num espaço de décadas ou mesmo de anos”. Em sua Mensagem Anual à Assembleia Legislativa, em junho de 1963, o governador Aluísio Alves dizia o mesmo para a educação: “Fazer em três anos o que não se fez em três séculos”.

Educação era uma das prioridades, ao lado de investimentos em infraestrutura (estradas, energia, telecomunicações). Segundo a referida Mensagem Anual, as estatísticas indicavam que 65% da população era analfabeta e que perto de 80% da população sabia apenas assinar o nome. A rede pública acolhia apenas 20% da população em idade escolar, por falta de professores e de prédios escolares.

Em 3 de dezembro de 1962 foi assinado um convênio com a Aliança para o Progresso, com vigência de três anos, baseado no Acordo de Cooperação para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Nordeste Brasileiro entre o Brasil e os Estados Unidos, de abril do mesmo ano.

Logo em seguida, pelo Decreto nº 3.995, de 9 de dezembro de 1962, foi criado o Secern, já mencionado. Entre as onze metas, todas de suma importância para o Estado a meta número nove interessava-nos diretamente:

- 1) formar e aperfeiçoar professores;
- 2) revisar ou elaborar os currículos do ensino elementar e normal;
- 3) instalar um serviço de estatística educacional;
- 4) organizar o Serviço de Produção de Material Didático;
- 5) construir e equipar um centro audiovisual;
- 6) assegurar o ensino primário à população de 7 a 14 anos;
- 7) intensificar pesquisas e experiências sobre as condições regionais que possibilitem melhor integração do aluno e sua família na vida da comunidade;
- 8) promover melhorias salariais para os professores e valorização da carreira do magistério público;
- 9) *promover a alfabetização e educação de base para adolescentes e adultos, assegurando o atendimento, no período, de até 100.000 pessoas acima da idade escolar primária;*

- 10) promover a extensão da escolaridade e a iniciação pré-profissional, por meio da instalação de pelo menos 10 oficinas de artes industriais; e
- 11) promover a assistência escolar no que se refere à alimentação, serviços médicos e dentários.

Em 10 de dezembro de 1962 fui contratado pelo Secern para coordenar as atividades do Departamento de Alfabetização, em uma corrida contra o tempo, diante das metas ousadas da supervisão da Sudene – próxima e exigente – e do contexto geral brasileiro num clima de reivindicações sociais e políticas e de mudanças. No curto prazo, era preciso elaborar um programa à altura dos desafios do programa de governo, cumprindo nossa meta de 100 mil alfabetizados. Meta que, entusiasmado, no encerramento das 40 horas de Angicos, o governador elevou para 300 mil ao ouvir as metas anunciadas pelo presidente da República, que visava a seis milhões de alfabetizados em três anos.

O que passamos a relatar foi possível por causa de uma equipe de abnegados, com responsabilidade profissional e dedicação ímpar, resultantes de seu compromisso social e político.

Ambiente favorável

Tínhamos no Rio Grande do Norte um ambiente favorável à alfabetização de adultos com, pelo menos, duas experiências inovadoras e significativas: o Movimento de Educação de Base (MEB) e a campanha municipal De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Em 1958, Dom Eugênio Sales criou a escola radiofônica, no conhecido Movimento de Natal. Por meio da Rádio Rural começara uma experiência que foi mais além do que a alfabetização e a educação política, revelando-se catalisadora das ações comunitárias em defesa dos direitos e da cidadania. O trabalho inspirou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a criar em 1961 o MEB, que deveria instalar 15 mil escolas radiofônicas e que assumiu a conscientização como seu objetivo principal.

Em 1961, o prefeito Djalma Maranhão iniciou, em Natal, a campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, matriculando as crianças dos bairros pobres no que se chamava o ensino primário, com duração de quatro anos. Como as moradias populares dos mesmos bairros, as escolas eram cobertas de palha e tinham chão batido, diferenciando-se por oferecer ensino de qualidade e valorizar a cultura popular em todos os seus aspectos. Disponibilizaram bibliotecas populares e ofereceram cursos profissionalizantes, além de alfabetização para jovens e adultos analfabetos.

O ambiente favorável era estimulado pela influência da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha grande repercussão no Rio Grande do Norte, por meio da União Estadual dos Estudantes (UEE). Finalmente, vários grupos organizados de jovens, como os da Ação Católica, e grupos juvenis estimulados por partidos políticos levaram a uma intensa participação dos estudantes nas diferentes ações de educação

e alfabetização popular. Sem medo de errar, afirmamos que os jovens universitários éramos a principal força de trabalho nas três atividades até agora mencionadas, inclusive em nível de direção.

A grande mobilização social e política em curso gerou um ambiente geral favorável ao nosso trabalho, que se traduzia pelo apoio de toda natureza, vindo da comunidade, de entidades locais, das Igrejas. Em Angicos, moradores chegaram a ceder suas salas para que nelas fossem instaladas as carteiras escolares, que ali ficaram de meados de janeiro até fins de março de 1963. Na mesma cidade, o vigário recebeu-nos nas instalações da paróquia. Como coincidia com as férias escolares, cedeu as instalações do internato de dois colégios. Os homens foram acolhidos num dormitório do colégio masculino e as mulheres, no colégio feminino, no qual, aliás, fazíamos as refeições e todas as reuniões pedagógicas, que chamávamos seminários, sobre os quais escreverei adiante.

Em todo o Brasil, uma grande efervescência permitia lutar por conquistas sociais e políticas, ocupando as ruas, os sindicatos, o parlamento. Lutas que acompanharam a campanha presidencial da qual saíram vitoriosos Jânio Quadros e João Goulart. Não cabe detalhar aqui, mas elas estão presentes no contexto que viabilizou inovações e respostas de programas de cultura e educação popular na época.

No mundo, um ambiente igualmente favorável a algumas mudanças. Acentuavam-se as lutas pela independência de antigas colônias europeias. Basta verificar que, após a independência de três países entre 1957 e 1960 (Malásia, Gana e Nigéria), outros 27 se tornaram independentes até 1964. Em 1960, países exportadores de petróleo criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Em 1961, a primeira conferência internacional dos países não alinhados reuniu 25 países. No mesmo ano, Kennedy anunciava a Aliança para o Progresso e criava seu Peace Corps. Por sua vez, a ONU cria em 1963 o Programa Alimentar Mundial (PAM), em 1964 a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e, em 1966, procurando maior agilidade, cria seu Programa para o Desenvolvimento (Pnud). Na Igreja Católica, o ambiente favorável às mudanças fica conhecido como o *aggiornamento*, que se traduziu no Concílio Vaticano II e nas duas encíclicas mais significativas no contexto: *Pacem in Terris* (1963) e *Populorum Progressio* (1967).

Ambiente instável e que se revelou hostil

Já o ambiente político era de grande instabilidade e logo revelou sua hostilidade.

Em nível nacional, houve a renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961) e a recusa a dar posse a João Goulart, vice-presidente constitucional, suscitando, no período, a transição para o parlamentarismo (setembro de 1961 a janeiro de 1963), com três primeiros-ministros, sucessivamente: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima.

No Estado do Rio Grande do Norte, as reações naturais dos coronéis que lideravam currais eleitorais, mesmo entre os aliados do governador. Um exemplo clássico foi o conflito inesperado quando, depois de Angicos, fomos para Mossoró, segunda cidade do Estado, e o chefe político do grupo aliado ao governador recusou-se a nos receber e avisou explicitamente que “não poderíamos entrar em sua cidade” com aquele tipo de atividade. Impasse que foi contornado e explica porque Angicos fora escolhida para a primeira experiência. Começando por sua terra, o governador ganhou autoridade moral para poder trabalhar em qualquer outra cidade.

Um pequeno conflito surgiu em Angicos depois que foram estudadas questões relacionadas ao trabalho, suscitadas nos diálogos dos círculos de cultura, quando os alunos puderam ler artigos da CLT e da Constituição Federal sobre direitos dos trabalhadores. Alguns dos alunos eram pedreiros numa obra de construção civil, exatamente a de uma escola pública que também fazia parte do programa implantado com o apoio da Aliança para o Progresso, e passaram a exigir o repouso semanal remunerado, entre outros direitos que descobriam que não eram reconhecidos pelos construtores. Sem sucesso, decidiram fazer greve. O construtor telefonou para o secretário da Educação dizendo que assim não poderia cumprir os prazos. Informou que havia chamado operários na cidade vizinha, Fernando Pedroza, mas que o caminhão da empresa fora impedido de entrar em Angicos, os operários em greve tendo convencido os outros a retornarem para casa, explicando-lhes a situação. Não sem humor, Calazans Fernandes convenceu o empresário a assinar a carteira de trabalho e respeitar os direitos trabalhistas.

Em nível internacional, vivia-se uma exacerbação da Guerra Fria, com repercussões em nosso continente, desde a vitória de Fidel Castro em Cuba (1959). Entre os fatos mais significativos, estão a derrota do desembarque norte-americano na Baía dos Porcos (abril de 1961), a construção do muro de Berlim (agosto de 1961) e a crise dos mísseis (outubro de 1962), tudo num clima de corrida espacial e de perigosa corrida armamentista nuclear. O acirramento entre as partes parecia caminhar inexoravelmente para uma hecatombe quando, em 25 de outubro, o Papa João XXIII dirige um telegrama pessoal aos presidentes da Rússia e dos Estados Unidos, cobrando responsabilidade e lembrando os efeitos nefastos de uma guerra atômica, publicado no dia seguinte no *Pravda* e em jornais da Europa e dos Estados Unidos.

A instabilidade e o acirramento das diferenças político-partidárias faziam parte do contexto, gerando hostilidade a programas que poderiam significar conscientização de alguns brasileiros. Adversários, que não queriam perder o poder, temiam que os novos eleitores viessem desequilibrar seu eleitorado.

Em nosso caso, uma divergência suplementar. As alianças naturais do governador Aluísio Alves aproximavam-no dos adversários do presidente João Goulart, do governador pernambucano Miguel Arraes, e do prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Enquanto Paulo Freire e os estudantes filiados à UNE naturalmente tenderiam a encontrar-se numa futura eleição presidencial em campos opostos ao governador Aluísio Alves, aliado natural de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Já se falava em potenciais candidatos do Nordeste. No Estado, o prefeito poderia vir a ser

candidato a governador, como opositor ao candidato de Aluísio Alves. Para apimentar, as divergências em torno do apoio da Aliança para o Progresso. A esquerda latino-americana, com base no pronunciamento do representante de Cuba, Che Guevara, opunha-se à Aliança criada por Kennedy, desde seu lançamento na Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Punta del Este (1961). Nessa Conferência, Che denunciara o que chamou de uma tentativa de enfraquecer a influência cubana no continente.

Esta última questão levou-nos a múltiplas reuniões entre as equipes do governo de Pernambuco e da prefeitura de Natal, os dirigentes da UEE e os representantes da UNE, a equipe de Paulo Freire no SEC da Universidade do Recife e os estudantes convidados para participar de Angicos e do Secern. Voltaremos rapidamente ao assunto na parte relativa à montagem institucional, por ser algo que não poderia ser ignorado e que exigiu delicada negociação, sob pena de impactar mais adiante as atividades.

A Guerra Fria

Não temos dúvidas quanto à influência da Guerra Fria na paralisação das atividades do Secern, em primeiro lugar as de alfabetização. Há um relacionamento direto pouco conhecido no Brasil e tratado com detalhes pelo historiador da Universidade do Texas, Andrew J. Kirkendall (2010).

Inicialmente, prevaleceu a Aliança para o Progresso em sua versão original, criada pelos democratas, conforme anunciou o presidente Kennedy em março de 1961. Visão que influenciou as primeiras equipes que conversaram com o secretário Calazans Fernandes e, entre os que visitaram as 40 horas de Angicos, os primeiros relatórios favoráveis, como as declarações publicadas no *The New York Times* pelo professor Phillip Schwab, diretor de educação da United States Agency for International Development (Usaid): “pretendemos fazer com que esse povo seja cidadão (...). Os adultos são instruídos de que o voto é a arma do povo (...) a educação é para o rico e para o pobre (...) a reforma agrária é uma necessidade urgente”. Ou, ainda, uma primeira reação escrita do então embaixador Lincoln Gordon, na qual afirma ao governador Aluísio Alves: “estou sugerindo aos governos estaduais do Brasil conveniados com a Aliança que adotem o experimento de Angicos”. É triste constatar que tudo isso terminaria num presidente assassinado, e com ele, o sonho de alguma mudança para milhões de americanos. E na submissão aos vendedores de armas

Num segundo momento, passou a predominar o pensamento dos norteamericanos mais chegados ao Pentágono e seus aliados locais, para quem a atividade surge como um projeto subversivo visando à tomada do poder pelas armas e pretendendo transformar o Nordeste brasileiro numa nova Cuba. Veja-se a extensa literatura disponível sobre as razões do golpe no Brasil, a selvagem e rápida repressão às atividades de alfabetização e a precária argumentação contida nos Inquéritos Policiais Militares (IPM). Foram reprimidas não somente as do Secern, mas também as do MEB e da campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Aqui teríamos outro capítulo, que não cabe na presente publicação sobre as 40 horas. Com diferentes testemunhos, de alunos e coordenadores, além de inquéritos existentes, esta parte resta a escrever. Não tem somente interesse histórico, mas ensinamentos sobre modos de agir e pensar dos que se opõem frontalmente à alfabetização de jovens e adultos e que, finalmente, são os grandes vitoriosos na medida em que nenhum programa retomou as atividades.

Montagem institucional

Dos relatos, podemos deduzir certa complexidade do que chamaria de montagem institucional para tornar possíveis as 40 horas de Angicos e o que se seguiria no Rio Grande do Norte. Para viabilizar um segundo objetivo do professor Paulo Freire, era preciso levar ao próprio MEC uma corajosa e inovadora política visando universalizar o acesso à alfabetização para todos os jovens e adultos brasileiros.

Não poderíamos deixar de trazer a público alguns dos dados que seguem. O sucesso ou o fracasso de programas de educação deveu-se, em alguns casos, ao fato de atribuir importância ou ser pego de surpresa por questões sobre as quais vamos tentar trazer esclarecimentos. Esses dados foram importantes para as 40 horas de Angicos e faziam parte de nosso painel de navegação enquanto gestores, uma vez que respondemos positivamente ao convite de Paulo Freire para implantar o trabalho em Angicos e, a partir daí, em outras regiões do Estado.

As questões macroinstitucionais foram resolvidas por Calazans Fernandes, secretário da Educação que acumulava as funções de diretor executivo do Secern, e estão relatadas com precisão e humor por ele mesmo, na obra já citada, *40 horas de esperança*. Foi laborioso o parto do Acordo de Cooperação finalmente assinado entre o governo brasileiro e a Usaid/Brasil, tornado possível com a participação do MEC e da Sudene, e não o acordo direto entre uma unidade da Federação e a Usaid, pretensão inicial ultrapassada.

Vale lembrar que a convite do ministro Darcy Ribeiro, Paulo Freire já representava o MEC junto à Sudene, nos diálogos com a Usaid. Foi ouvido em muitos outros projetos, sempre exigindo respeito à soberania brasileira em seus diferentes aspectos, no que foi apoiado por Celso Furtado, ministro do Planejamento que acumulava a superintendência da Sudene, e por Nailton Santos, um dos diretores da Sudene.

Quanto ao nosso posicionamento em relação a participar de um programa do governo do Estado financiado com doação da Aliança para o Progresso, tivemos múltiplas reuniões, sem chegar a consenso. Cada um possuía suas convicções, a partir da análise que fazia e da projeção futura sobre as consequências da ação. Estavam claros os objetivos do presidente Kennedy para a América Latina, os riscos de projetar nacionalmente o governador Aluísio Alves em caso de sucesso do empreendimento, o que poderia beneficiá-lo num embate eleitoral contra candidatos da esquerda, sobretudo no Nordeste.

Na UNE e na UEE, as decisões foram radicais: impossível compactuar com a Aliança para o Progresso. Deveríamos sair, ou não entrar, e denunciar os riscos da operação claramente imperialista. Esta foi a decisão clara num Conselho da UNE que reuniu, em Vitória do Espírito Santo, dirigentes da União Nacional e presidentes das Uniões Estaduais de todo o Brasil. Eleito presidente da UEE/RN em 1962, após memorável campanha, a primeira com eleições diretas, cabia-me acatar a decisão ou fazer o que fiz: renunciar à presidência da entidade.

Nos diálogos francos e respeitosos com os amigos que defendiam as posições anunciadas por colegas do Movimento de Cultura Popular (MCP) pernambucano e da campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, que trabalhavam respectivamente com Miguel Arraes e Djalma Maranhão, chegamos perto de um impasse da mesma natureza. Vale salientar que, ciente dos questionamentos, o secretário Calazans Fernandes aguardava a decisão, não sem manifestar impaciência, temendo atrasos. Tivemos múltiplas reuniões em Natal e no Recife, estas no gabinete de Paulo Freire, no SEC da Universidade do Recife. Lembro-me de um dado importante, quando procuramos identificar em números quantos analfabetos poderiam vir a beneficiar-se no mesmo período dos programas da prefeitura de Natal e do Secern. Ao compararmos, ficou evidenciada a desproporção. Agigantou-se nossa preocupação inicial de garantir ao maior número de norte-rio-grandenses o acesso à educação, como um valor intrínseco ao nosso trabalho. Divergíamos na análise quanto a um comprometimento possível e a possibilidade de manter a desejada autonomia pedagógica e política. Paulo Freire chegou a uma decisão clara e afirmou com convicção: “Não tenho medo da Aliança para o Progresso. Ela que tenha medo de mim!”. Decisão que depois identificou como profética, em obra conjunta com Sérgio Guimarães:

Eu tinha uma relação muito estreita com o Djalma Maranhão, e quando conversei com o governador fiz questão de dizer que continuaria mantendo as minhas relações pedagógicas e políticas com a Prefeitura de Natal. Evidentemente, havia um antagonismo de posições políticas entre Djalma Maranhão, um homem de esquerda, e Aluísio Alves, um conservador.

Depois conversei seriamente com a equipe do Djalma Maranhão e manifestei a minha convicção – e fui quase profético –, de que a Aliança para o Progresso que iria financiar, como financiou, a campanha de Angicos, certamente iria estudar o que se desenvolvesse em Angicos, e colocaria um ponto final em tudo. Caso acontecesse isso, se a Aliança recuasse, eu disse que deveríamos ir à praça pública para mostrar concretamente as intenções colonialistas e imperialistas da Aliança para o Progresso. (Freire, Guimarães, 2010, p. 36)

Em parte, estas questões são suscitadas no artigo de Geniberto Campos nesta revista, sob o título “Paulo Freire: o homem e o método”. Vale ressaltar que, entre todos os participantes das decisões, um auxiliar direto do governador Miguel Arraes manifestou-se a favor de nossa posição: o economista Marcos Correia Lins.

No caso concreto, Paulo Freire exigiu que os recursos financeiros doados pela Aliança para o Progresso ao governo do Rio Grande do Norte fossem repassados à Sudene. Era a Sudene então que nos transferia os recursos e a quem prestávamos contas, segundo regras brasileiras. Ainda, o convênio assinado entre o reitor da

Universidade do Recife e o governador do Estado não previa remuneração da equipe do Serviço de Extensão Cultural (SEC), já remunerada pela Universidade. O Estado assumia os custos de deslocamento e hospedagem, e uma gratificação aos professores que acompanhavam o convênio, com exceção do diretor do SEC, o próprio Paulo Freire. Isso porque ele era professor da Universidade e recebia uma gratificação pelo cargo de diretor do Serviço.

Quanto às 40 horas de Angicos e às demais atividades que se seguiriam, Paulo Freire exigiu que o trabalho fosse entregue à liderança universitária e indicou meu nome. Desejava garantir inteira autonomia política e pedagógica.

Como vimos no início, tratava-se de elaborar um rigoroso planejamento para atingir os resultados esperados. E, ao mesmo tempo, começar a operacionalizar, *tirar do papel* as ações consistentes para obter resultados na ponta, junto a cada analfabeto. Planejar, executar e avaliar simultaneamente. Exigência inevitável pela curta duração das 40 horas. Mobilizar, selecionar e preparar os coordenadores dos círculos de cultura. Viabilizar sua formação inicial e continuada. Mobilizar analfabetos, convencê-los a participar da atividade, ouvi-los. Estimular a pesquisa preliminar sobre universo vocabular e situações de aprendizagem, selecionar palavras geradoras, organizar a preparação e difusão do material educativo e tudo o mais correspondendo à natureza específica do método que utilizamos. Discutimos detalhes com Paulo Freire e sua equipe. Sem esquecer a preparação da segunda fase, na época percebida como pós-alfabetização, como atividade de reforço e, logo em seguida, como formação complementar. Essa a tarefa dos que integramos o setor de alfabetização do Secern, do qual assumi a direção no dia seguinte à sua criação.

Em muitos casos, pela novidade e pelas dificuldades próprias de uma secretaria de Educação num Estado pobre, algumas dessas ações se tornavam mais difíceis de executar. Em Angicos, necessitaríamos de projetores de *slides*. Não encontramos sequer 20 projetores à venda em Natal e São Paulo. Para os bairros sem eletricidade, necessitávamos de projetores que operassem com bateria de automóvel ou com querosene, como as antigas lâmpadas Coleman. Para produzir os *slides*, o prazo do laboratório do Rio de Janeiro era maior que o previsto. As carteiras escolares para 300 alfabetizando tiveram que ser compradas e transportadas de Natal. Dialogamos com a comunidade para identificar onde seriam instalados os círculos de cultura. Seria muito longo listar tudo o que devíamos prever e preparar, inerente a esse tipo de atividade. O que conta é que não tínhamos tempo para improvisações e, uma vez começada a atividade em Angicos, longe de Natal, não podíamos recuar.

A mobilização da UNE e da UEE facilitou o recrutamento de cerca de 20 candidatos voluntários, dispostos a consagrar suas férias para atuar nas 40 horas de Angicos. Paulo Freire veio a Natal com a equipe do SEC para um seminário de formação inicial realizado na Faculdade de Direito, na Ribeira. Ambas as atividades são relatadas por Valquíria Felix, em seu artigo.

Na falta de um mapa de Angicos, subimos na torre da igreja e esboçamos um desenho que permitia atribuir aos coordenadores uma visita domiciliar. Em todas as casas, procuramos saber se existiam analfabetos e quantos, convidando-os ao mesmo tempo a participar de nossas atividades.

As principais questões logísticas foram equacionadas, com total apoio do gabinete do diretor executivo e da equipe administrativa do Secern – indicada pela Sudene, no âmbito de seu acompanhamento e controle preconizados pelo convênio assinado.

As 40 horas

Existem publicados múltiplos relatos detalhando o que se fez em cada uma das 40 horas, especialmente o livro de Carlos Lyra, já citado. Alguns até mesmo acessíveis pela internet.² Vale salientar o que chamaria de grandes blocos.

Nas duas primeiras noites, um momento inicial, importantíssimo. Toda a discussão sobre o que ficou chamado de “aula da cultura”, ou diálogos sobre o conceito antropológico da cultura, a partir de uma série de *slides*, fundamental para abrir concretamente o diálogo respeitoso, nos termos do que Paulo Freire anunciava no trecho que abriu o presente artigo. Aquilo que mais adiante o professor Osmar Fávero (2012) chamaria “ovo de Colombo”, e que Paulo Freire descreveu inicialmente em seu primeiro livro, já citado, com uma conclusão que se realiza efetivamente, anunciada na página 110 da mesma obra:

E pareceu-nos que a primeira dimensão deste novo conteúdo com que ajudaríamos o analfabeto, antes mesmo de iniciar sua alfabetização, na superação de sua compreensão mágica como ingênua e no desenvolvimento de crescentemente crítica, seria o conceito antropológico de cultura. A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem *em* sua e *com* sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isto crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, *no* e *com* o mudo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto.

.....

Todo este debate é altamente criticizador e motivador. O analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever. Prepara-se para ser o agente deste aprendizado.

E consegue fazê-lo, na medida mesma em que a alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. (Freire, 1967, p. 108, 110).

A partir da 3ª noite, progressivamente, os diálogos provocados pelos *slides* representando cada uma das situações selecionadas, com suas palavras geradoras, o estudo das sílabas, das famílias de sílabas. Ler e escrever, individualmente, em seu caderno. Ler e escrever, individual e coletivamente, no quadro negro.

² Ver a Seção Bibliografia Comentada.

Progressivamente, criar palavras e os novos patamares, como escrever frases, escrever bilhetes e cartas.

A partir da 38ª noite, todos, ansiosos pelo encerramento, aguardando a confirmação da data da vinda do presidente da República. Conforme relata Valquíria Felix, identificamos de forma apenas perceptível que alguns alunos aparentavam encontrar dificuldades inesperadas. Num movimento explicável, não queriam chegar ao fim das 40 horas. O assunto foi discutido em nossos seminários, objeto de diálogo com os alunos, e foi superado.

Para não cometer omissão histórica, cabe salientar que na primeiríssima noite fizemos algo que não mais repetimos. Aplicamos um teste psicológico de inteligência não verbal,³ conforme a programação da equipe do SEC. Poucos alunos o entenderam, muito poucos o terminaram e a maioria se desencorajou, pensando que seria muito difícil a aprendizagem. Foi trabalhoso resgatar a mobilização. Sobre o assunto, conversamos francamente com Paulo Freire e sua equipe e tivemos a primeira certeza em relação a abertura, humildade e espírito científico que encontraríamos da parte deles, em nosso diálogo. Acertamos que poderíamos aplicar num outro momento, mas nem isso foi mais solicitado. Para facilitar, não computamos essa noite, quando nos referimos a cada uma das 40 horas.

Aula final, pelo presidente João Goulart

34

Na 40ª hora, a esperada fala do presidente João Goulart, dirigindo-se aos alunos e a alguns de seus familiares, perante ministros, todos os governadores do Nordeste, dirigentes da Sudene e o comandante da 7ª Região Militar. Após o governador do Estado, Paulo Freire resumiu o que acabara de ocorrer em Angicos e o presidente Jango se dirigiu aos alunos, no encerramento. Sem respeitar o protocolo, um concluinte, o sr. Antônio Ferreira, fez um discurso direto e objetivo. Não esperávamos tal atitude, e nos surpreendeu quando pediu a palavra. Lembro-me de que ouvimos alguém dizer-lhe: "Quebrou o protocolo!" Surpreso, o orador perguntou-se: "Quebrei o quê?", mas não atribuiu maior importância ao que teria quebrado. O texto de seu discurso faz parte desta publicação, por sua mensagem direta e pelo valor histórico. Ele agradece ao presidente a iniciativa das 40 horas, que veio "matar a fome da cabeça", e pede que seja levada a todos os brasileiros.

Ao término da solenidade, um inesperado diálogo relatado por Calazans Fernandes. Juntamente com o chefe da Casa Militar da Presidência da República, esteve presente o general cearense Castelo Branco, que então comandava a 7ª Região Militar, que tem sede em Recife. Segundo Calazans Fernandes (1994, p. 18), "à saída, quando o grupo já se dispersava à procura dos carros para o regresso a Natal, o general nos chamou e disse: 'Meu jovem, você está engordando cascavéis nesses sertões.' Ao que respondemos: 'Depende do calcanhar onde elas mordam, general'."

Sobre o mesmo assunto, a historiadora Ana Maria Araújo Freire (2006) relata que, no jantar realizado na mesma noite no Palácio das Princesas, no Recife, o general

³ Teste de inteligência não verbal (INV), de Pierre Weil.

quis sentar-se ao lado de Paulo Freire. Novo diálogo, no mesmo sentido, o que explicaria seu interesse pessoal em participar da solenidade de Angicos. Em síntese, o general declarou a Paulo Freire que soubera que ele era tido como subversivo, mas que àquela hora havia adquirido a convicção de que realmente se tratava de um subversivo. Diálogo confirmado ainda em entrevista de Paulo Freire ao Museu da Pessoa, em agosto de 2003, quando lembrou outra afirmação do general ao comprovar a subversão, porque “defende uma pedagogia sem hierarquia”. Paulo Freire respondeu que, efetivamente, lutava para subverter a ordem injusta na qual vivia, afirmando ainda: “defendo valores, e estes estabelecem as hierarquias”.

Isso pode explicar em parte a agilidade da imediata repressão, mas não explica nem justifica a violência desproporcional que vitimou alguns dos dirigentes e coordenadores das atividades de alfabetização e educação de jovens e adultos, conforme relatado em síntese mais adiante. Repressão que teve como objetivo declarado eliminar um foco de “subversão comunista” que pretendia “fazer do Nordeste uma nova Cuba”. Como anunciado desde antes do golpe, por não aceitar o que afirmavam ser uma subversão de valores, subversão que punha em risco seus privilégios.

Resultados crescentes

Era nítido o crescimento da aprendizagem. Efetivamente, liberado o diálogo e estimulada a capacidade de observação com a “aula da cultura”, a conversa fluía, salvo exceção de algum mais tímido, que não ficava esquecido e logo era convidado a participar, com questões diretas que o estimulavam.

Para escrever, algumas dificuldades iniciais, naturais em adultos. A mão pesada quebrava a ponta do lápis, que furava as folhas do caderno, e tinha dificuldades de escrever mesmo uma só palavra numa folha inteira. Mas exatamente por serem adultos, pouco a pouco prevalece o domínio e escrevem frases na mesma folha antes percebida como insuficiente. Utilizávamos *slides* 24 x 36 mm. Alguns adquiriram uma precisão tão grande que chegaram a escrever palavras ou uma frase curta em um *slide* em papel vegetal, projetado no quadro, para que todos pudessem ler.

A curiosidade dos vizinhos ou familiares manteve-se quase sempre inalterada. Não havia cinema nem televisão na cidade. Assim, muitos vinham assistir através das janelas ou portas.

Um clima permanente de motivação foi mantido na cidade de Angicos. Carlos Lyra manipulava com maestria um projetor de 16 mm, e tínhamos à disposição uma “unidade móvel” cedida pelo United State Information Service (Usis – Serviço de Informação dos Estados Unidos). Um pequeno reboque cinza, com gerador potente, projetor e grande tela, caixas de som e toda a complexa fiação. Projetávamos documentários e filmes educativos cedidos pelo Usis, mas confesso que, algumas vezes, preferimos substituir a fala do som original por nossos próprios comentários.

Havia também a curiosidade de visitantes, que não foram poucos. Inclusive jornalistas mobilizados por Calazans Fernandes e Luiz Lobo, observadores da Aliança para o Progresso e da Sudene, políticos locais e da região. Todos respeitaram a

exigência inicial, não interrompiam as atividades em sala, ficando a observar do lado de fora, conversando antes ou depois das aulas com alunos e coordenadores.

Vale ainda ressaltar que, para a futura motivação dos analfabetos em outros municípios, encomendamos ao jornalista Luiz Lobo um filme em 16 mm, *As 40 horas de Angicos*, hoje disponível na internet sob o título *Alfabetização de adultos – Angicos*.⁴

A importância dos seminários

As 40 horas de Angicos foram um laboratório vivo, em tamanho real. Mas estávamos conscientes de que algumas características diferiam do que poderia vir a ser a forma de trabalho futuro, ao universalizar a proposta dos círculos de cultura para todos os brasileiros analfabetos.

Uma diferença fundamental era a dedicação exclusiva e integral dos coordenadores, todos voluntários, cuja origem social e diversidade de cursos universitários traziam para os debates uma abordagem diversificada e multidisciplinar. A rotina se estabeleceu conforme o planejado. Após a formação inicial já mencionada, contávamos com a assessoria de Paulo Freire e sua equipe, que vieram a Angicos em média a cada 15 dias, por uma duração média de três dias, e incentivaram que nos reuníssemos todas as manhãs num seminário interno, no qual confrontávamos teoria e prática.

À noite, os debates nos círculos de cultura, dispersos pela cidade, inclusive em bairros de difícil acesso, alguns sem iluminação nas ruas ou energia elétrica. Pela manhã, um seminário que durava mais de três horas. Preparávamos as tarefas para a noite, aprofundando itens referenciados no roteiro, disponibilizado anteriormente pela equipe do SEC durante a formação inicial. Cada um relatava os progressos, acertos e dificuldades enfrentados na noite anterior, gerando debates muitas vezes acalorados. Confrontávamos o que ocorrera na noite anterior com a teoria disponível. Desse confronto poderia nascer um questionamento a discutir com Paulo Freire e sua equipe ou entre nós, quando ali não estavam. E tentava-se reelaborar a teoria, renová-la, à luz do que havíamos verificado na prática.

Aqui, testemunhamos a humildade e o espírito científico do professor Paulo Freire. Sempre curioso e disponível para ouvir sugestões e críticas, refletimos juntos e reelaborar a teoria no ato. Confrontado pela prática, incorporava o que ouvira, identificando novos caminhos ou lembrando ensinamentos esquecidos, que não teríamos aplicado. Estas qualidades foram reveladas mais tarde, até mesmo quando foi dirigir o Programa Nacional de Alfabetização do MEC. Veja-se a velocidade com que foram modificados, quase sempre para melhor, os *slides* contendo as palavras e situações de aprendizagem e mesmo os da “aula de cultura” – enriquecidos mais tarde com a linda arte de seu amigo Francisco Brennand.

Durante mais da metade das 40 horas, insensivelmente, nossa equipe tentava um ritmo similar para o conjunto dos círculos, o que foi sendo abandonado

⁴ Disponível em: <www.forumeja.org.br/videos.angicos> 1ª parte 5'30''; 2ª parte 6'03''.

naturalmente. Descobrimos que nem numa mesma classe havia aprendizagem no mesmo ritmo, sobretudo em relação à leitura e à escrita. Devia prevalecer, entretanto, um apelo à solidariedade, o que nos permitiu descobrir que um colega alfabetizando, muitas vezes, ajudava com mais prioridade a superar aquela dificuldade do que um dos coordenadores, em virtude da linguagem, das imagens que trazia, da motivação personalizada.

Identificada uma dificuldade de aprendizagem com tal ou tal tema ou palavra, tentávamos trazer ensinamentos teóricos que permitissem ultrapassá-la. Na ausência, deduzíamos ou criávamos alguma ideia e proposta, a confirmar mais adiante.

Identificada uma “dica”, uma facilidade maior encontrada em um momento dado, muitas vezes sugerida por um aluno, víamos a possibilidade de propor ou aplicar algo similar em outros círculos de cultura. Assim nasceram algumas sugestões, como o nome de “ficha da descoberta” para a ficha que apresentava o conjunto das famílias silábicas de uma palavra, cuja combinação estimulava a criatividade em sala. Na mesma ocasião, diante de palavras criadas ao juntar algumas sílabas, tecnicamente corretas, mas que não eram do conhecimento de ninguém da sala, alguns alunos passaram a identificá-las como “palavra morta” ou, ainda, inexistente, embora os autores geralmente dissessem que a palavra existia, que era o nome de um animal de estimação ou o apelido de um familiar. Outra sugestão importante nos facilitou a aprendizagem no momento de criar palavras e frases com base na mesma “ficha da descoberta”. Uma coordenadora explicou em seu círculo de cultura que seria algo como construir uma parede de tijolos e alguém na sala lembrou que, às vezes, se corta o tijolo pela metade, o que fez na hora ao construir sua frase.

No seminário quotidiano, passávamos e repassávamos os diálogos com os alunos. Aprofundávamos as questões que eram discutidas, o que havíamos aprendido, o que exigia melhor esclarecimento e preparávamo-nos para os diálogos e debates da noite, alimentando-nos do material estudado e de nossas diferenças e convergências.

Finalmente, diante de algum aluno que faltou, resolvíamos visitá-lo à tarde. Dois coordenadores iriam saber o porquê da falta e, se fosse o caso, incentivá-lo para que voltasse a participar das atividades. Com sucesso, quase sempre.

Num dos seminários decidimos quanto a um pedido especial – e aqui acrescento um testemunho pessoal – quanto ao sr. Antônio, o orador da 40ª hora. No início das 40 horas meu pai solicitou que lhe apresentasse um aluno que fosse efetivamente analfabeto. Indicou que gostaria de vê-lo novamente na metade do curso e mais para o final. Conversei com os coordenadores, que falaram com seus alunos. O sr. Antônio se prontificou, o que me pareceu interessante por serem quase da mesma idade, ele e meu pai, advogado, jornalista e professor universitário, ambos com pouco mais de 50 anos.

Na primeira conversa entre eles, ouvi que conhecia uma letra, o “O” – “igual à boca de uma panela”. Demonstrou claramente desconhecer outras letras, não sabendo decifrar um livro ou a mais simples anotação. Curioso notar que o sr. Antônio era um comerciante conceituado, rápido em cálculos mentais, fruto de sua prática

profissional. Com cerca de 20 horas, nova visita. Animaram-se os dois, leu e escreveu frases, assim como um bilhete. Leu e resumiu algo simples. Com quase 40 horas, houve mais um encontro, na biblioteca de meu pai, que tinha na época mais de 10 mil livros, imediatamente apelidada pelo visitante de “armazém de livros”. Leu e escreveu no seu ritmo e sem problemas. Leu inclusive verbetes de uma enciclopédia, demonstrando pleno entendimento. Recebeu um livro em inglês, que folheou. Perguntado, respondeu que “Ler, eu leio, porque sei ler. Mas não entendo. Se me escuto, parece o que falam os homens da fazenda da Sanbra”. Efetivamente, não longe de Angicos havia uma grande plantação de agave e uma usina de uma firma inglesa, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sanbra). Finalmente, ficou surpreso quando folheou um livro em alemão. Perguntou se não era uma armadilha. Afirmou que um livro assim não podia existir, sem vogais, com palavras ilegíveis. Verifiquei que meu pai, Otto de Brito Guerra, um dos líderes da Igreja Católica e estudioso de sua Doutrina Social, simpático ao método e às ideias de Paulo Freire, nada mais queria para fazer sua própria avaliação.

A profecia e a repressão

No último trimestre de 1963, diminuí o ritmo do Secern. Tínhamos dificuldades para concretizar a abertura de trabalho em novas frentes previstas e programadas. Ao mesmo tempo, Paulo Freire aceitou o convite do ministro da Educação para montar o Programa Nacional de Alfabetização, que deveria começar por dois projetos piloto, um no antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, e outro no Estado de Sergipe.

Realizava-se a profecia de Paulo Freire. A propósito disso, dois jornalistas norte-americanos publicaram em seu livro: “Em janeiro de 1964, a insatisfação com a técnica pedagógica de Freire e o desconforto em torno do conteúdo político do programa levaram a Aliança para o Progresso a retirar seu suporte financeiro (exatamente três meses antes do golpe de Estado contra Goulart)” (Levinson, Onis, 1970 *apud* Freire, Guimarães, 2010, p. 39).

No fim de 1963, alguns de nós fomos convidados para levar a Sergipe nossa experiência adquirida no Rio Grande do Norte, sem abandonar o Secern. Não cabe detalhar aqui o que foi Sergipe, por fugir ao tema de Angicos. Resta um tema que merece estudos, inclusive porque havia uma ideia inicial de somar forças com as atividades do MEB, em relação ao qual o Estado de Sergipe também esteve entre os pioneiros.

Não podemos ignorar que foi a partir de Angicos que se levantaram as oposições para o que chamavam de “atividade subversiva”. Fomos surpreendidos pelo golpe: no dia 2 de abril, nosso escritório em Aracaju foi invadido pelo Exército, procurando literatura subversiva, dinheiro e provas de desvio dos recursos do MEC. Paulo Freire tinha tido a precaução de convidar para integrar nossa equipe um experiente gestor financeiro que antes de sair, deixava as contas em dia, rigorosamente. Decidimos voltar por terra para Natal, ficando em Sergipe o colega Paulo Pacheco, da equipe do SEC, diretor do projeto piloto. No meio do caminho, em

Caruaru, fui preso por tropas do Exército, com mais dois colegas, Pedro Neves e José Ribamar. Em um *jeep*, fomos levados algemados para a 2ª Companhia de Guardas em Recife, à disposição do coronel Ibiapina. Mais tarde, esse coronel prendeu, na mesma Companhia de Guardas, o próprio Paulo Freire, para igualmente responder a seu Inquérito Policial Militar (IPM). Seguiu-se, para Paulo e para mim, um longo período de privações, entre prisão e exílio, cada um por seu lado. Trata-se de outra história, embora não desvinculada do que se passou em Angicos. As “acusações” foram finalmente rejeitadas pelo Superior Tribunal Militar (STM), e recentemente ambos fomos anistiados pela Comissão Especial do Ministério da Justiça. Ficou o sofrimento pessoal, familiar, as marcas da dureza da prisão e das dificuldades do exílio.

Coordenadores e alfabetizandos sofreram com a repressão, sem reações mais significativas de solidariedade, diante da repressão dominante. Alunos e seus familiares atemorizados diretamente por militares uniformizados chegaram a queimar seus cadernos, exemplares únicos e testemunha indelével de um grande passo. Ao celebrarmos os 50 anos das 40 horas de Angicos, ouvimos muito sobre as dificuldades de uns e outros. História que ainda não foi contada. Houve manifestações de solidariedade de familiares e amigos, em maior grau aquela dirigida diretamente aos que sofremos a arbitrariedade e brutalidade da prisão política.

Algumas lacunas

Nas 40 horas, não reservamos nenhum momento para uma iniciação matemática. Os números eram manipulados ao se escrever cada dia a data, incluindo também o dia da semana. Esse assunto nunca foi discutido a fundo entre nós, mas constávamos que os adultos não tinham problemas para os cálculos de seu dia a dia. Na profissão, na feira, no mercado, onde fosse. Mais adiante soube que Paulo Freire reuniu-se com o professor Ubiratan D’Ambrosio. Um diálogo entre os dois para um congresso de matemáticos em Sevilha permitiu levantar algumas hipóteses. Ainda, em diálogo na Unesco com especialistas da etnomatemática, pude descobrir mais tarde como existem convergências que nos permitem respeitar na aprendizagem da matemática os mesmos princípios que defendemos para a aprendizagem do ler e escrever.

Na corrida contra o tempo, não soubemos dar tempo ao diálogo e à interação com as atividades do ensino regular no município ou na própria Secretaria da Educação do Estado. De um lado, as 40 horas aconteceram durante as férias escolares. De outro, apesar de o vasto programa do Secern incluir atividades inovadoras em matéria de formação de professores e de renovação de currículo, elas apenas se iniciavam. Finalmente, descobrimos depois porque o secretário da Educação contribuiu para nos isolar. Calazans guardava na manga uma carta, temendo que não déssemos conta do trabalho, como revelou em seu livro já citado. Se soubéssemos, na época, teríamos incluído essa alternativa dentro do que chamamos de ambiente hostil.

Prevenido quanto a eventual determinação do governador Aluísio Alves no sentido de impedir a conexão de Angicos com Miguel Arraes, o secretário havia evoluído com antecedência suficiente para a alternativa de colocar em cena uma equipe de professores escolhidos do Centro de Estudos de Pesquisa (CEP) da Secretaria de Educação, e entre os profissionais colocados à disposição do Estado por outros governos.

Somente sabiam destas providências o Secretário e a gaúcha Lia Campos, diretora do CEP. Como no ritmo do Brasil da época, trabalhava-se com o imponderável. A armação pernambucana dentro do Rio Grande do Norte poderia explodir. Ela envolvia justamente o município de nascimento de Aluísio. Se fosse o caso de substituir a equipe, isso só deveria ocorrer a partir de três de dezembro, após a assinatura do convenio MEC-Sudene-Usaid. (Fernandes, Terra, 1994, p. 95).

Também tivemos dificuldades de conviver com a rigorosa e prudente burocracia do Secern, com seus instrumentos de controle e avaliação aplicados pelos técnicos da Sudene, conforme acertado no convênio com a Usaid. Entre tantos, um pequeno exemplo: o transporte das carteiras escolares para Angicos. Havíamos anunciado a data de início do curso, mas as carteiras foram recebidas com algum atraso pelo almoxarifado do Secern e este exigia alguns dias para identificar cada uma com seu selo, incorporando-as ao patrimônio da entidade. Impossível esperar. Contamos com alguma conivência e, numa operação noturna, de surpresa, embarcamos todas as carteiras em caminhões surgidos do nada. Não atrasamos a abertura. Lembro-me de que o secretário se divertiu com a situação e mandou que o funcionário se deslocasse até Angicos para colar as fichas em cada um dos móveis e equipamentos.

40

Repercussão internacional e hostilidade da ditadura na Unesco

Além da repercussão nacional, que levou a convidar Paulo Freire para criar e dirigir, no MEC, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), suscitando a multiplicação de experiências em 1963 e 1964 em outros municípios brasileiros, verifica-se rapidamente uma repercussão internacional, fruto das visitas de especialistas e de jornalistas que viram os resultados alcançados em Angicos e Natal e, progressivamente, em outros lugares. Graças ao que escreveram, nosso trabalho se tornou conhecido. A repercussão ampliou-se a partir do exílio de Paulo Freire, de seus livros e de sua participação em palestras, conferências e cursos em universidades ou a convite de movimentos sociais.

Ele respondia claramente a uma dupla demanda. A primeira, da academia e de entidades interessadas na estreita relação entre Educação, Direitos Humanos e Desenvolvimento, visível nos convites que recebeu de inúmeras universidades e do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) assim como de organizações não governamentais inseridas em lutas locais ou regionais. A segunda demanda, de países interessados em adotar novas políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos. O trabalho interessou outros países em desenvolvimento, que levaram à Unesco a proposta de integrar essa nova visão e torná-la conhecida.

Sobre a repercussão na Unesco, um fato pouco conhecido, mais uma prova da incansável atuação de nosso Itamaraty a serviço do regime de exceção implantado no Brasil durante o período, atuação que precedeu a tristemente célebre Operação Condor e que se prolongou até a retomada da democracia em nosso País.

O senegalês Amadou Mahtar M'Bow era o diretor geral da Unesco, em um raro período no qual a entidade foi dirigida por alguém do Terceiro Mundo (1974-1987). No último trimestre de 1983 fui sondado para integrar a Divisão de Alfabetização de Adultos e Desenvolvimento Rural (ED/LAR), que renovaria sua direção em 1984. Lembro-me que atuava na época como consultor para a própria Unesco e outras agências da ONU e já havia conhecido, durante o exílio em Paris e na África Negra, dirigentes de alguns países com grande sensibilidade para as questões de alfabetização numa mesma perspectiva. Enviado pela Unesco, efetuei missões em Angola e Cabo Verde, contribuindo para a definição de estratégias em matéria de alfabetização e políticas para a juventude. Acabara de voltar de um trabalho em Cabo Verde, onde as propostas adotadas articulavam estreitamente a alfabetização, a educação de adultos e o plano nacional de desenvolvimento do país (Guerra, 1983).

A sondagem veio por meio de um alto funcionário argelino e de um técnico norte-americano, com funções elevadas na sede da Unesco em Paris. Soube que havia sido definida uma estratégia que implicava riscos, porque visava a uma guinada nas políticas da Unesco em relação a tema tão sensível. A mudança teria como plataforma indicativa o conteúdo de um número especial do *Correio da Unesco*, traduzido em dezenas de línguas e com grande difusão, cuja publicação devidamente programada ocorreu em fevereiro de 1984. Em junho de 1980, outro número especial havia sido publicado sob o título *A alfabetização, um ensino para a liberdade*, contendo artigos de Paulo Freire (1980) sobre a alfabetização em São Tomé e Príncipe, "Lettres à une jeune nation", e de Julio Cortazar, "Un peuple à l'école de la liberté", referindo-se a Cuba e Nicarágua, e matérias sobre a campanha nacional de alfabetização da Nicarágua, entre outras.

O novo número especial foi intitulado *Alfabetização, escada para o desenvolvimento*. Tem editorial do próprio diretor geral, sob o título "Um imperativo moral", e uma calorosa e oportuna apresentação pelo redator-chefe do *Correio da Unesco*, o escritor e poeta da Martinica, Edouard Glissant (1984, p. 3):

Incapacidade individual, o analfabetismo é também um freio, talvez o mais importante, à emancipação social e tecnológica dos povos em desenvolvimento: ele contribui para aumentar o fosso entre países industrializados e países menos avançados.

É enfim um obstáculo à interpenetração das culturas, ao seu enriquecimento mútuo. Aprender a ler e escrever é ao mesmo tempo aprender sobre as culturas dos outros, tanto quanto se enraizar em sua própria cultura.

(...) neste número um duplo objetivo: esboçar, apesar das lacunas, a situação presente e ressaltar as condições para uma maior eficácia.

Dentre estas, a primeira e também a mais imperativa, mas que nem sempre foi admitida enquanto tal, é simplesmente considerar cada território, cada húmus cultural, com suas tradições e seus próprios centros de interesse. Como escreve com força um dos autores, "Não alfabetizamos os homens, os homens se alfabetizam".

Fui convidado a escrever o primeiro artigo, exatamente sobre as raízes culturais da alfabetização (“Les racines culturelles de l’alphabétisation” – Guerra, 1984). Na mesma revista, há artigos do belga Marcel de Clerck, “Le milieu et la volonté”; de Paulo Freire, “Le monde et le mot”; do maliano Adama Oune, “Les gardiens du savoir”; do argelino Ali Hamadache, “Les analphabètes du quart monde”; da egípcia Sonia Abadir Ramzi, “Le double exil”. E, finalmente, uma visão de conjunto sobre o que se fazia no mundo acerca da alfabetização, inclusive sobre a luta da Unesco contra o analfabetismo, e a lista dos Prêmios de Alfabetização de 1983.

O convite foi bloqueado pelo governo militar brasileiro. A Unesco não chegou a propor mudanças estratégicas sobre as políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos. Uma grave crise se revelou com o anúncio, em 1983, da saída dos Estados Unidos da América, tornada efetiva um ano depois, numa clara tentativa de asfixiar a entidade, já que a saída representou uma perda de 25% do orçamento de contribuições obrigatórias. Alegando “politização excessiva” da entidade, opunham-se frontalmente ao debate na Unesco sobre a Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação e outros temas polêmicos (cf. Coate, 1988 *apud* Borges, 2004). Em 1987, foi eleito um novo diretor geral, originário da Espanha. Somente vinte anos depois os Estados Unidos voltaram ao seio da Unesco.

Conclusão

42 Não há como concluir algo inconcluso. Em 2013, 50 anos depois das 40 horas de Angicos resta o amargo sabor do que poderia ter sido. Aqui novamente Paulo Freire nos traz o reconforto de sua *Pedagogia da esperança*.

Do Brasil sonhado, a esta altura sem analfabetos, ou com a taxa residual igual à de países chamados desenvolvidos, somos uma nação com maior número de analfabetos do que aqueles existentes no cálculo inicial de Paulo Freire, aqui citado. Como o Brasil dispõe de larga experiência, conhecimentos técnicos, recursos humanos e financeiros, nada explica as atuais taxas de analfabetismo. Sem a interrupção de 1964, deliberada, e que deu prioridade a desmontar os programas de educação popular, discutiríamos hoje para toda a coorte dos ex-alunos de nossos programas – ou seja, para a grande maioria dos brasileiros – a inserção na universidade, o aperfeiçoamento do ensino médio, o ensino profissional e temas discutidos em países desenvolvidos.

Conforta verificar o que vimos e ouvimos em recente documentário “40 horas na memória: resgate da experiência pioneira de Paulo Freire em Angicos/RN”, da equipe de comunicação da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), que tem como roteirista o jornalista Passos Junior. Foram entrevistados os 19 ex-alunos ainda vivos, que relatam como ficaram atemorizados no primeiro momento, como e por que alguns continuaram seus estudos. Não se identificou ninguém que tenha recaído no analfabetismo regressivo, todos influenciaram seus filhos a frequentar a escola e a maioria se orgulha de ter netos que cursaram a universidade. Os testemunhos demonstram plena lucidez sobre seu papel como cidadãos e impressiona a emoção com que se referem ao que ocorreu em Angicos há mais de cinquenta anos.

Com as taxas atuais, negamos direitos e cidadania, dignidade e qualidade de vida a um número de jovens que representam uma população maior do que a de alguns países europeus. Com eles, e mais ainda se incluirmos também os que têm acima de 30 anos, podemos verificar quanto perdemos também em potencial produtivo, que poderia modificar nosso Produto Interno Bruto e nossa renda média.

Universalizar o acesso à educação seria honrar a memória de Paulo Freire, demonstrar respeito ao seu legado. Direito por meio do qual podemos garantir a todos eles o pleno exercício da cidadania, a devida inclusão e participação efetiva na vida da comunidade, nos benefícios sociais, políticos e econômicos.

Referências bibliográficas

BRITO, Jomard Muniz de. Educação de adultos e unificação da cultura. *Estudos Universitários, [...] Recife*, n. 4, p. 61-70, abr./jun. 1963. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf>.

CARDOSO, Aurenice. Conscientização e alfabetização: uma visão prática do sistema. *Estudos Universitários, [...] Recife*, n. 4, p.71-80, abr./jun. 1963. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf>.

COATE, Roger A. *Unilateralism, Ideology, and U.S. Foreign Policy: The United States In and Out of Unesco*. Boulder: Lynne Rienner, 1988. *Apud* BORGES, Bruno de Moura. Uma teoria de instituições em declínio: reavaliando saída, voz e lealdade de Hirschman para as instituições internacionais. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 249-286, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v26n2/v26n2a01.pdf>>.

FÁVERO, Osmar. As fichas de cultura do Sistema de Alfabetização Paulo Freire: um "ovo de Colombo". *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 18, n. 37, p. 465-483, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/8009/6718>>.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antônia. *40 horas de esperança: o método Paulo Freire – política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. São Paulo: Vila das Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Estudos Universitários, [...] Recife*, n. 4, p. 5-23, abr./jun. 1963. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf>.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/eduliber.pdf>>.

FREIRE, Paulo. Lettres à une jeune nation. *Le Courrier de l'UNESCO: L'alphabétisation, un enseignement pour la liberté*, n. 6, p. 27-30, jun. 1980. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000747/074758fo.pdf>>.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GLISSANT, Edouard. Le Courrier du mois. *Courrier de l'UNESCO: L'alphabétisation à l'échelle des cultures*, p. 3, févr. 1984. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000746/074676fo.pdf>

GUERRA, Marcos. Les racines culturelles de l'alphabétisation. *Courrier de l'UNESCO: L'alphabétisation à l'échelle des cultures*, p. 6-8, févr. 1984. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000746/074676fo.pdf>.

GUERRA, Marcos. *III^{ème} Seminaire National sur l'Alphabétisation et l'Éducation des Adultes: rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République du Cap-Vert*. Paris: Unesco, 1983. (Rapport technique RP/1981-1983/1/5.9/02). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000564/056471mb.pdf>

KIRKENDALL, Andrew J. *Paulo Freire and the Cold War politics of literacy*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

LEVINSON Jerome; ONIS, Juan de. *The Alliance that lost its way: a critical report on the Alliance for Progress*. Chicago: Quadrangle Books, 1970.

LYRA, Carlos. *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/clyra.angicos.pdf>.

44

MACIEL, Jarbas. A fundamentação teórica do sistema Paulo Freire, *Estudos Universitários, [...] Recife*, n. 4, p. 25-59, abr./jun. 1963. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/est.univ_.pdf.

40 horas na memória: resgate da experiência pioneira de Paulo Freire em Angicos/RN. Direção: Passos Junior. Roteirista: Renata Jaguaribe. Produção: Amanda Freitas. Mossoró: Ufersa, 2013. 1 DVD (35 min.).

WEFFORT, Francisco C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade [Prefácio]. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967. p. 1-26. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/eduliber.pdf>.

Marcos Guerra, mestre em Direito Internacional do Desenvolvimento (Paris V), advogado com atuação nos setores público e privado, prestou consultoria para a ONU no Brasil, Europa e África, é professor de Direito dos Estrangeiros no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vice-presidente da OAB-RN para a gestão 2013-2015.

mjguerra@uol.com.br

Recebido em 19 de novembro de 2013.

Aprovado em 27 de novembro de 2013.